

Comissão mista terá hoje relatório sobre Orçamento

O relator-geral da comissão mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA), anunciou que entregará hoje o relatório preliminar sobre o orçamento da União para 1990, que deve ser votado pelo Congresso até dezembro. Nesse trabalho, será feita uma avaliação global, onde serão destacados os grandes números, ainda dentro de uma visão macroeconômica.

Entretanto, essa primeira avaliação já poderá propor à comissão mista a fixação de novos tetos para os diversos setores, pois, conforme justifica o relator, o orçamento "encaminhado pelo Executivo e já elaborado segundo os preceitos da nova Constituição Federal, tem uma perspectiva técnica que pode e deve ser analisada politicamente pelo Congresso Nacional, onde existe uma representação concreta das várias regiões do País".

Acentuou ainda o deputado Eraldo Tinoco que alguns dos grandes números ainda estão condicionados à aprovação ou rejeição de leis encaminhadas pelo Executivo, como, por exemplo, a previsão de arrecadação, de cuja aprovação ou rejeição dependerá a fixação correta dos recursos para 1990. Assim, parte das despesas só poderá se realizar se o Congresso Nacional aprovar os projetos de lei que pretendem aumentar impostos. Outras parcelas significativas só serão liberadas se for aprovado o projeto que diminui o refinanciamento da dívida externa de estados e

municípios pela União.

INOVAÇÕES

Para Eraldo Tinoco, o orçamento de 1990 "representa um grande avanço político e administrativo, pois, pela primeira vez, ele reparte responsabilidades entre o gestor financeiro e executor administrativo — o Poder Executivo e o Legislativo, ampliando assim o alcance dos objetivos orçamentários. O orçamento já será unificado, como prevê a Constituição e como disciplinou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República em julho último".

Como se sabe, a nova Constituição permitiu ao Congresso Nacional a revisão do orçamento elaborado pelo Executivo, podendo os parlamentares cancelar despesas e projetos, transferindo recursos para outras áreas ou para a criação de novos programas. Ao mesmo tempo, tanto a Constituição como a Lei de Diretrizes Orçamentárias impuseram limites rigorosos para a elaboração e execução daquele instrumento. Por exemplo, a LDO proibiu ao Governo o aumento de despesas em relação ao período anterior. Da mesma forma, o Governo não pode emitir títulos da dívida para cobrir despesas: as emissões serão feitas apenas para pagamento de dívidas e uma parcela de investimentos. Ainda dentro dessas limitações, o Governo gastará, do total do Orçamento: 7 por cento com pessoal, 10 por cento com juros das dívidas interna e externa e 54,4 por cento para amortização das dívidas.